

Crime Político

Paulo Manuel Costa

O crime político é aquele que se traduz na prática de um ato que atinge o modo como a comunidade nacional está organizada jurídico-politicamente, recorrendo para isso a meios tidos como ilegais. Deste modo, o crime político é aquele que visa atacar e, em última análise, substituir a ordem constitucional existente.

No entanto, não é todo e qualquer ato de oposição política que pode ser qualificado como crime político. Assim, por exemplo, um discurso contrário à separação de poderes, embora questione um princípio fundamental do Estado de Direito não é, em si mesmo, um crime, nomeadamente, porque se fundamenta no exercício do princípio da liberdade de expressão; mas, já não será assim se alguém, por exemplo, pretender coagir pela força o poder político a alterar a Constituição para acabar com a independência dos tribunais. No entanto, num regime autoritário, a livre expressão de ideias pode ser tida como um crime. Deste modo, a noção de crime político é, em certa medida, contextual, dependendo das circunstâncias e das especificidades históricas e culturais.

Para a definição de crime político pode utilizar-se um critério objetivo, de acordo com o qual será crime todo e qualquer ato que atente contra a ordem constitucional existente. No entanto, pode ser utilizado também, em simultâneo ou em alternativa, um critério subjetivo, em que se considera a intenção e os motivos do autor, pelo que, neste caso, será crime político todo o ato praticado por razões políticas.

O recurso ao critério subjetivo é especialmente relevante quando estamos perante a prática de crimes comuns cometidos por razões políticas (os denominados crimes políticos em sentido improprio), como é o caso, por exemplo, do assalto a um banco para financiar a ação de um grupo político. Este ato é um crime político ou um crime comum? De acordo com o critério objetivo, não existem dúvidas e só é possível qualificá-lo como crime comum; no entanto, se utilizarmos o critério subjetivo, a motivação dos autores é relevante e, neste caso, teremos de enquadrar a ação na categoria de crime político.

A qualificação de um certo ato como crime comum ou crime político não é totalmente indiferente. Na realidade, na sequência da Revolução Francesa de 1789 e da instabilidade política então verificada, os crimes políticos beneficiaram de um certo “regime de favor” e os seus autores foram distinguidos dos criminosos comuns, em razão dos fins nobres ou altruístas que presidiriam às suas ações (Passas 1986, 26). Esta maior “condescendência” manteve-se até aos dias de hoje e os autores de crimes políticos beneficiam de um determinado nível de proteção jurídica e política, que se pode traduzir, por exemplo, na concessão de asilo a todos os que sejam perseguidos pelas suas opiniões políticas ou por atividades desenvolvidas em favor da democracia, da autodeterminação, da liberdade ou dos direitos humanos; os autores de crimes políticos também não podem, em regra, ser extraditados para Estados que os pretendam julgar por delitos políticos, embora se reconheçam algumas exceções, nomeadamente, quando são praticados atos graves de violência, como é o caso, por exemplo, de atentados contra governantes ou o cometimento de crimes contra a humanidade.

Os crimes políticos não se devem confundir com os crimes de responsabilidade política e com os crimes cometidos por políticos e estranhos às suas funções.

Os crimes de responsabilidade política são aqueles que são cometidos pelos titulares de cargos políticos no exercício das suas funções e em violação dos deveres ou das obrigações a que estão sujeitos. É possível identificar uma área de sobreposição entre este tipo de crimes e os crimes políticos, pois os titulares de cargos políticos podem utilizar a sua função para subverter a ordem constitucional existente através, por exemplo, da suspensão da constituição ou da sua alteração para prorrogação do respetivo mandato ou para alargamento das suas competências. Mas os crimes de responsabilidade política têm um âmbito mais vasto e incluem atos que não visam necessariamente atingir a ordem constitucional, como, por exemplo, a aceitação de vantagens patrimoniais pela prática atos contrários às obrigações que decorrem do exercício das suas funções (corrupção) ou a apropriação de coisas que lhes estão acessíveis ou que lhe foram confiadas por força do exercício das suas funções para benefício próprio (peculato).

Os crimes políticos também não se confundem com os crimes cometidos por políticos, pois estes abrangem os crimes comuns cometidos por alguém que, em dado momento, exerce um cargo político mas que são estranhos ao exercício das suas funções. Esse é o caso, por exemplo, da prática de um crime de violência doméstica ou de um crime de natureza sexual.

Referências

Passas, Nikos. 1986. «Political Crime and Political Offender: Theory and Practice». *The Liverpool Law Review*, VIII, n.º 1: 23-36.

Ruggiero, Vincenzo. 2006. *Understanding political violence: A Criminological Analysis*. Berkshire: Open University Press.

Schafer, Stephen. 1972. «The Concept of the Political Criminal». *Journal of Criminal Law and Criminology*, 62, n.º 3: 380-387.

Szabo, M. Denis. 1972. «Political Crimes: A Historical Perspective». *Journal of International Law and Policy*, 2, n.º 1: 7-22.